

Flávia Cristina Jerônimo Corrêa

Prefácio: Ivana Fidélis Silveira

O CARÁTER EXCEPCIONAL DAS PRISÕES CAUTELARES

A necessidade de fundamentação
idônea no decreto prisional

EDITORA LUMEN JURIS
RIO DE JANEIRO
2018

Copyright © 2018 by Flávia Cristina Jerônimo Corrêa

Categoria: Direito Penal

PRODUÇÃO EDITORIAL
Livraria e Editora Lumen Juris Ltda.

Diagramação: Alex Sandro Nunes de Souza

A LIVRARIA E EDITORA LUMEN JURIS LTDA.
não se responsabiliza pelas opiniões
emitidas nesta obra por seu Autor.

É proibida a reprodução total ou parcial, por qualquer
meio ou processo, inclusive quanto às características
gráficas e/ou editoriais. A violação de direitos autorais
constitui crime (Código Penal, art. 184 e §§, e Lei nº 6.895,
de 17/12/1980), sujeitando-se a busca e apreensão e
indenizações diversas (Lei nº 9.610/98).

Todos os direitos desta edição reservados à
Livraria e Editora Lumen Juris Ltda.

Impresso no Brasil
Printed in Brazil

CIP-BRASIL. CATALOGAÇÃO-NA-FONTE

C824c

Corrêa, Flávia Cristina Jerônimo.

O caráter excepcional das prisões cautelares : a necessidade
de fundamentação idônea no decreto prisional ; prefácio: Ivana
Fidélis Silveira / Flávia Cristina Jerônimo Corrêa. – Rio de
Janeiro : Lumen Juris, 2018.

176 p. ; 21 cm.

Bibliografia : p. 129-139.

ISBN 978-85-519-0704-7

1. Direito Penal. 2. Processo Penal. 3. Prisão Cautelar.
4. Dignidade da Pessoa Humana. 5. Liberdade Provisória.
I. Silveira, Ivana Fidélis. II. Título.

CDD 345

Sumário

Prefácio	XI
Introdução	1
Capítulo I – Das Prisões Cautelares	3
1.1 Conceito e Delimitação.....	5
1.2 As Alterações Trazidas pela Lei nº 12.403/2011	6
1.3 Prisão em Flagrante	10
1.3.1 Conceito e Natureza Jurídica	10
1.3.2 Espécies.....	14
1.3.3 Formalidades	19
1.3.4 Audiência de Custódia	21
1.3.5 Conversão da Prisão em Flagrante em Prisão Preventiva – Art. 310 do CPP	24
1.4 Prisão Preventiva.....	29
1.4.1 Conceito e Natureza Jurídica	29
1.4.2 Decretação.....	30
1.4.3 Pressupostos Essenciais.....	32
1.4.4 Hipóteses de Cabimento – Art. 313 do CPP	35
1.4.5 Circunstâncias que a Autorizam.....	41
1.4.6 Prisão Domiciliar, Substitutiva da Prisão Preventiva	45
1.5 Prisão Temporária	51
1.5.1 Conceito e Natureza Jurídica.....	52
1.5.2 Cabimento	53
1.5.3 Procedimento.....	57
Capítulo II – Medidas Cautelares Diversas da Prisão	59
2.1 Conceito e Requisitos	60
2.2 Espécies.....	65
Capítulo III – A Liberdade como Regra	71
3.1 Relaxamento da Prisão	72
3.2 Liberdade Provisória	76

3.2.1 Liberdade Provisória no Tráfico de Drogas e Demais Crimes Hediondos.....	83
3.3 O Direito de Recorrer em Liberdade	89
Capítulo IV – A Excepcionalidade da Prisão Cautelar:	
Necessidade de Fundamentação Idônea no Decreto Prisional	93
4.1 Princípios que Regem as Medidas Cautelares	95
4.1.1 Princípio da Dignidade da Pessoa Humana.....	96
4.1.2 Princípio do Devido Processo legal.....	97
4.1.3 Princípio da Presunção de Inocência ou Não-Culpabilidade ...	98
4.1.4 Reserva de Jurisdição	99
4.1.5 Princípio da Motivação.....	100
4.1.6 Princípio da Proporcionalidade.....	102
4.1.7 Princípio da Excepcionalidade.....	103
4.1.8 Princípio da Provisoriedade ou Precariedade	105
4.2 Fundamentação Inidônea	106
4.2.1 Gravidade Abstrata do Delito	106
4.2.2 Clamor Público e Garantia da Ordem Pública.....	118
Conclusão	125
Referências	129
ANEXOS	
Anexo A – Embasamento Jurisprudencial.....	143